



RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO - 2020

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A dinâmica de atendimento as demandas das Promotorias de Justiça concentra ainda o maior esforço das atividades desenvolvidas pelo Caoma, no que se refere a realização de vistorias e emissão de pareceres técnicos, em decorrência de notícias de fato trazidas pelos cidadãos nas comarcas de origem, mas também em função do recebimento dos autos de infração emitidos pelo Naturatins, Batalhão Militar Ambiental e Ibama.

Essa dinâmica continua em ascensão junto ao Caoma, muito explicado pelo aumento permanente de ilícitos associados a questão ambiental, isso fica evidenciado quando analisamos os números de demandas recebidas e os feitos realizados.

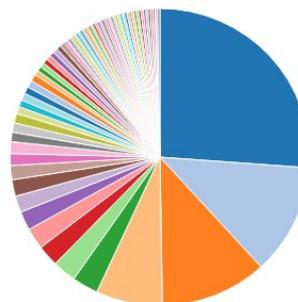
No ano de 2017 foram totalizadas 171 solicitações das Promotorias de Justiça ao Caoma, em 2018 alcançamos um número de 204 solicitações, e em 2019 totalizaram 334 demandas recebidas das Promotorias de Justiça. Em 2020, com dados acumulados até 15/11/2020, já foram totalizadas 384 solicitações, em plena Pandemia do Covid-19. Quando comparamos os números atuais aos registrados em 2017, verificamos que o número de solicitações das promotorias mais do que dobraram, em menos de três anos.

Em relação a origem das demandas apresentadas ao Caoma em 2020, temos o seguinte cenário:

- 75 municípios abrangidos, sendo que os destaques foram para Palmas, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Araguaína, Porto Nacional, Araguaçu, Gurupi, Figueirópolis e Guaraí.

Requerimentos por Município

Município	Quantidade
Palmas	102
Formoso do Araguaia	47
Lagoa da Confusão	45
Araguaína	28
Porto Nacional	11
Araguaçu	10
Gurupi	9
Figueirópolis	9
Guaraí	8



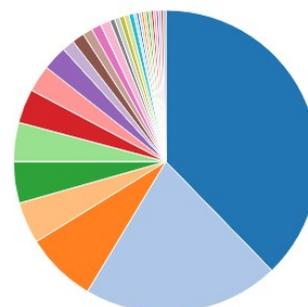
TOTAL DE REQUERIMENTOS

384

- 31 Promotorias de Justiça solicitantes, sendo que as que mais demandaram foram a Promotoria de Justiça Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia, 23ª Promotoria de Justiça da Capital, 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína, Promotoria de Justiça Regional da Bacia do Alto e Médio Tocantins, 24ª Promotoria de Justiça da Capital, 7ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional, 7ª Promotoria de Justiça de Gurupi e 3ª Promotoria de Justiça de Guaraí.

Requerimentos por Promotoria

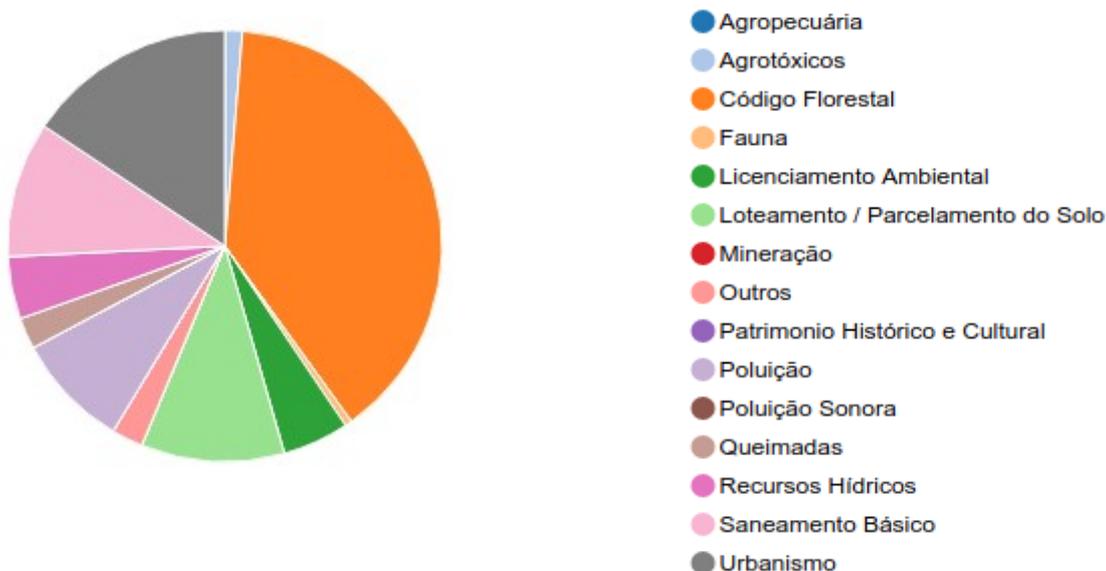
Promotoria	Quantidade
PRMBAMA - Promotoria de Justiça Regional da Bacia do Alto e Médio Araguaia	145
23ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL	80
12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA	29
PRMRABAMTO - PJ Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins	17
24ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL	17
7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL	16
7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI	14
3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARAI	11



TOTAL DE REQUERIMENTOS

384

- Quando analisamos os números pelos temas mais demandados, temos o seguinte cenário: Código Florestal (149), Urbanismo (60), Loteamento (41), Saneamento (39), Poluição (33), Licenciamento Ambiental (19), Recursos Hídricos (18), Queimadas (9), Agrotóxicos (5) Fauna (2) e outros (9).



- Fica evidenciado pelas demandas recebidas em 2020, que as tendências mapeadas anteriormente se confirmam, na perspectiva que foram destacados quatro grandes temas prioritários na agenda ambiental e urbanismo do estado do Tocantins, no último relatório de gestão do Caoma que apontou as questões relacionadas aos processos de: (i) regularização fundiária urbana e seu impacto de ordem urbanística; (ii) saneamento ambiental nos serviços de água, esgoto, drenagem urbana e resíduos sólidos urbanos; (iii) desmatamentos e a efetiva implementação do novo Código Florestal; e (iv) os conflitos pelo uso dos recursos hídricos em bacias hidrográficas estratégicas no Estado.

Além das demandas apontadas como requerimentos diretos das Promotorias de Justiça, existem ainda demandas represadas que não fazem parte dos requerimentos específicos das promotorias de justiça, mas constituem um passivo identificado pelo Caoma, em termos de necessidade de intervenção do MPTO, para situações críticas em termos de uso dos recursos naturais e de degradação ambiental, que necessitam de uma atuação ministerial.

O esforço realizado para atender as demandas das Promotorias de Justiça e essas demandas represadas evidencia na premente necessidade de permanente com o

fortalecimento da equipe e da estrutura do Caoma, principalmente na perspectiva que o órgão ambiental estadual ainda não demonstra capacidade em dar respostas efetivas as questões em análise no Caoma. Portanto, deixamos registrado o que avançou nas questões correlacionadas aos destaques apresentados em relatórios anteriores, vejamos:

- i. dos mais de 234 loteamentos ilegais, apenas em Palmas, o Caoma concebeu um modelo de Relatório Expedito que possibilitou avançar na avaliação dessa questão, com a emissão de mais de 40 relatórios de casos analisados;
- ii. 86 Planos Municipais de Saneamento recebidos pelo Caoma, 35 com avaliação concluída e enviados para Promotoria de Justiça e 53 ainda não entregues;
- iii. dos 2.161 processos do Naturatins com indício de emissão de autorização de exploração florestal fraudulenta, demandando análise para subsidiar as investigações do GAECO, em virtude da orientação da Corregedoria do MP, os Pareceres Técnicos realizados nessa atuação estão sendo direcionados as Promotorias Regionais Ambientais que abrangem os municípios em que foi identificado o dano ambiental;
- iv. dos mais de 120 empreendimentos de irrigação na bacia do Rio Formoso que demandam uma análise do Caoma, mais de 70 tiveram sua formalização de análise realizada pela Promotoria de Justiça Regional Ambiental do Araguaia.

Como posto, fica claro o papel do CAOMA no aporte a atuação do MPTO nas principais questões relacionadas a agenda ambiental e urbanística em foco no Estado do Tocantins. Portanto, o permanente processo de aprimoramento das condições técnicas e operacionais do Centro de Apoio Operacionais, bem como os investimentos já realizados, precisam ser potencializados para que possamos continuar a atender de forma eficiente as nossas atribuições finalísticas, bem como as ações estratégicas da agenda ambiental e do ordenamento urbanístico.

2. ATIVIDADES REALIZADAS.

Quadro Resumo das Atividades Realizadas em 2020 – CAOMA

Descrição	2020, em (unid.)
Viagens	16
Relatórios de Vistorias	27
Pareceres Técnicos	141
Relatórios Técnicos	44
Relatórios Expedidos	83
Análise de Pedido de Colaboração	33
Orientação Técnico Jurídica	04
Mapas e Croquis	555
Requerimento Promotorias	384
Demandas de Loteamentos	41
Peças de Informação Técnica - MAPBIOMAS	21

Promoção de Eventos	2020, em (unid.)
Seminário (Encontro Estadual) - (modo virtual)	01
Oficinas	-
Cursos	-
Reuniões R.O do FTCAI (modo virtual)	03

Participação em Eventos - Coordenador e Equipe Técnica	2020, em (unid.)
Audiências Públicas	03
Reuniões	67
Cursos	06
Oficinas/Capacitações/Webinários	05
Seminários, Fóruns, Conferências e Encontros	04
Operações com outras instituições	08
Total	93

3. PROJETOS ESTRATÉGICOS

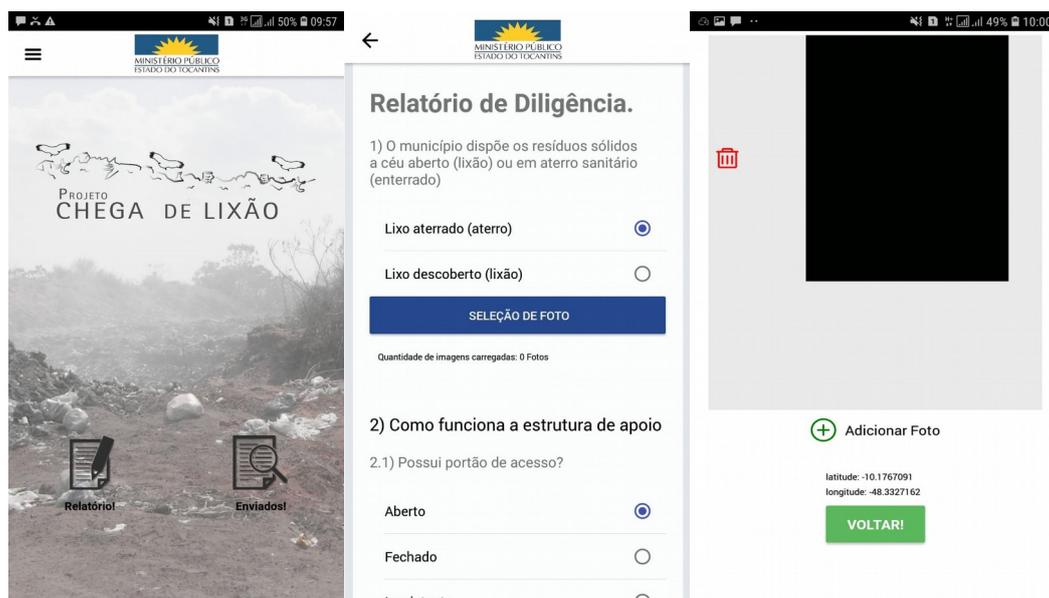
3.1 Programa Propriedade Legal – Por meio das articulações realizadas para firmamento do Acordo de Cooperação Técnica N° 002/2020, o Caoma vem ampliando o acesso de informações relacionadas aos processos de controle ambiental gerenciados pelo Naturatins e ao SIGCAR gerenciado pela SEMARH. O Naturatins produziu um relatório específico, conforme requerido pelo CAOMA, de todos os processos que envolveram a emissão de Certificado de Cadastro Ambiental Rural nos anos de 2012, 2013 e 2014, que possibilitaram ampliar a pesquisa dos casos potenciais em que ocorreram fraudes nas autorizações de desmatamento em áreas de reserva legal nesse período. Para dar agilidade na verificação desses casos, por meio de relatórios mais simplificados, foi elaborada uma minuta de Nota Técnica, a ser pactuada com os signatários do ACT N° 002/2020, para fixar o entendimento das situações em que ocorreram desvio de conduta e os enquadramentos relacionadas as fraudes de cancelamento de reservas legais com o objetivo de realizar a compensação das mesmas, sem amparo legal.

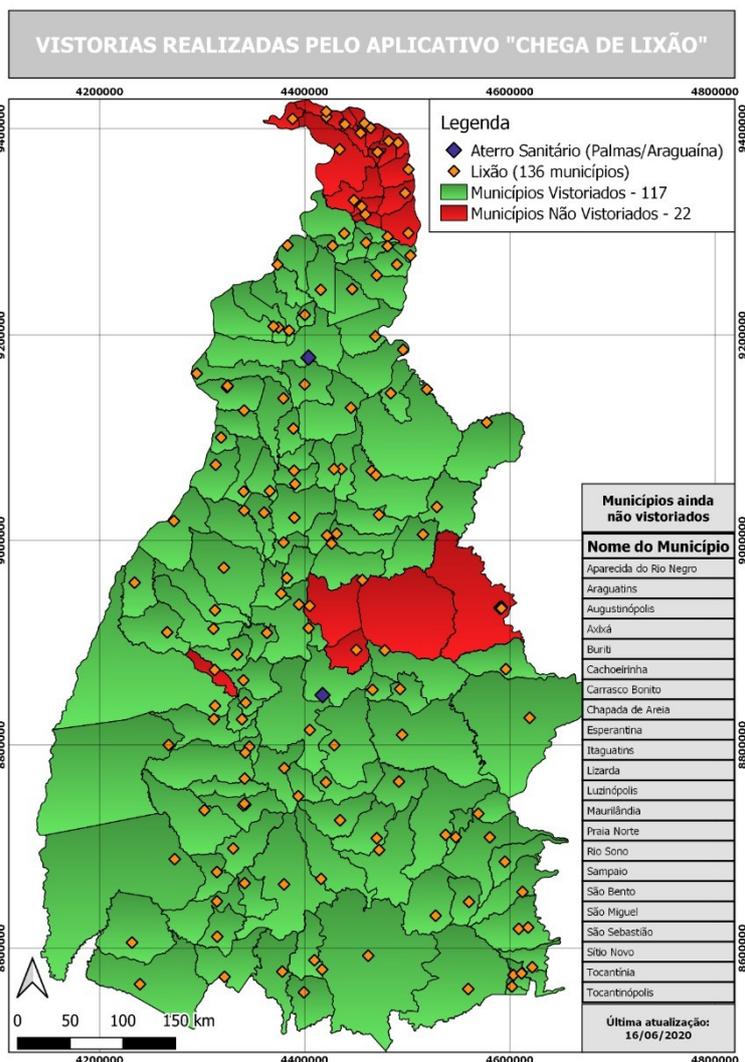
Destaque a ser dado refere-se a adesão ao termo de cooperação firmado entre o CNMP e o MAPBIOMAS, que garantiu ao MPTO, o acesso aos relatórios de Identificação de Desmatamentos gerados pelo MAPBIOMAS. Os alertas concentram ocorrência de desmatamentos identificados no território tocantinense nos últimos 3 anos, que serão avaliados pelos técnicos do CAOMA, sendo que essas informações estão sendo sistematizadas, para geração de Peça Técnica de Informação para as Promotorias Ambientais Regionais, como forma de apurar a ocorrência de desmatamento com indícios de irregularidade ambiental.

Vale ressaltar o aporte fornecido pelo Caoma para uma série de Pareceres Técnicos para ações ajuizadas com objetivo de fazer cumprir a questão relacionada ao cumprimento da Lei Federal N° 12.651/2012, que trata da proteção da vegetação nativa por meio das reservas legais e áreas de preservação permanente.

3.2 Projeto Chega de Lixão – O Caoma e os Membros do MPTO vem sistematicamente trabalhando na agenda dos resíduos sólidos. Já tiveram pré análise do Caoma 86 Planos Municipais de Saneamento Básico e 85 Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, destes foram consolidados e enviados 35 para as Promotorias de Justiça acompanhados do relatório do Chega de Lixão. Até 2020 foram instaurados 47 procedimentos das Promotorias de Justiça relacionadas ao tema, por meio de Inquéritos Cíveis, Termos de Ajuste de Conduta e até mesmo Ações Cíveis Públicas, inclusive com algumas

condenações. O Caoma vem realizando o levantamento e atualização das informações dos lixões existentes no Estado, nesse sentido desenvolveu um aplicativo para dar agilidade, objetividade e padronização aos relatórios relacionados ao funcionamento inadequado desses lixões. Também realizou estudos de gravimetria em municípios da comarca de Araguaína, objetivando refinar as informações relacionadas a gestão dos resíduos sólidos desses municípios, e assim colaborar para o aprimoramento da abordagem da atuação das Promotorias de Justiça em relação a regularização desses Lixões. Nesse sentido já foram vistoriados 117 lixões, gerados relatórios dos lixões de 36 municípios, realizada gravimetria em 3 municípios, realização de reunião para mediação e conciliação com gestores municipais da Comarca de Araguaína. Também em fase de conclusão, temos a Nota Técnica 002/2020 para atuação dos membros do MP, no Projeto Chega de Lixão.



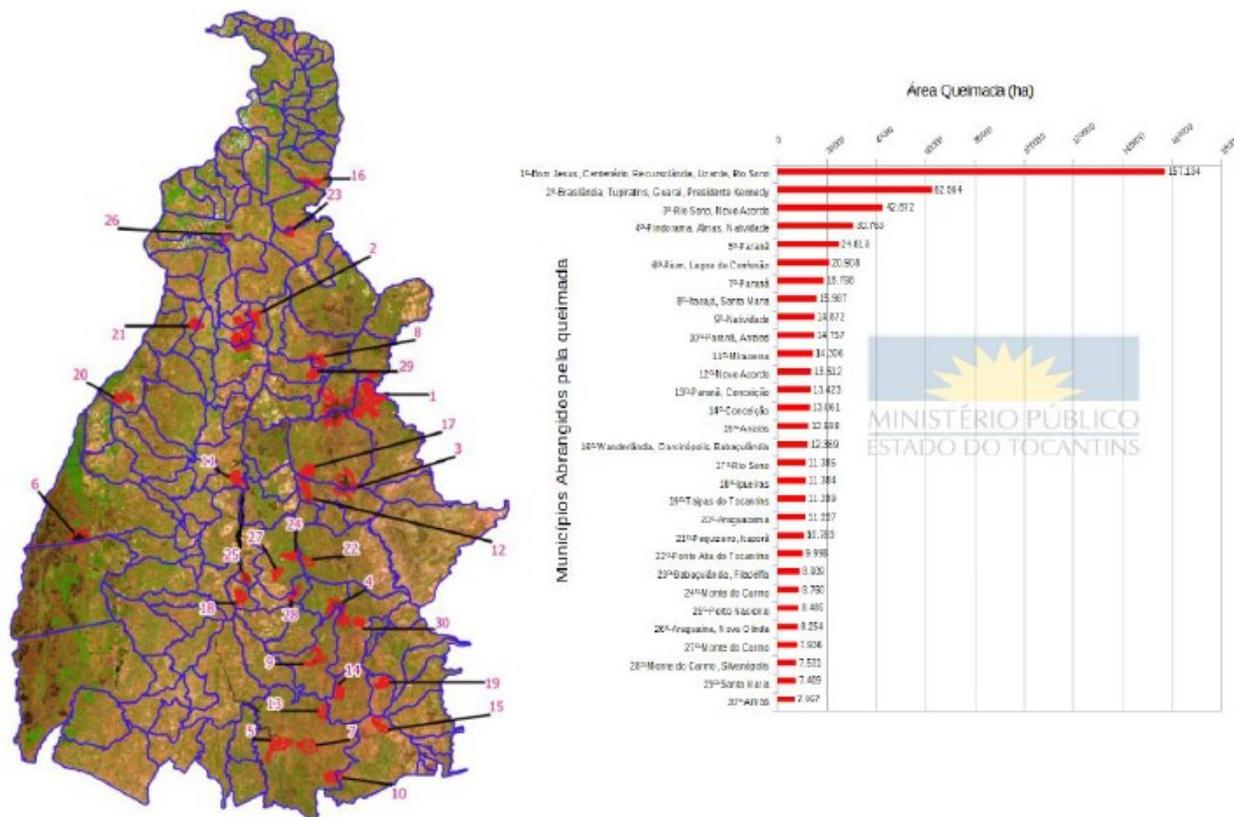


3.3 Painel de Monitoramento de Queimadas – O Caoma vem trabalhando na agenda do combate às queimadas ilegais, sendo gerado um levantamento circunstanciado das ocorrências de queimadas no Estado, além de relatórios detalhados da cicatriz do fogo nos municípios com maior incidência de focos de calor no Tocantins. No ano de 2020 os problemas ligados as ocorrências de queimadas no Estado, se tornaram mais preocupantes em função da relação direta dos efeitos da fumaça na qualidade o ar, e também aos problemas respiratórios gerados a população, tendo seus riscos agravados pela pandemia do COVID-19. O MPTO por meio do CAOMA participou de várias operações de prevenção aos incêndios florestais, em que esteve presente em 07 incursões de fiscalização ostensivas contra as práticas do uso do fogo no Tocantins.

Os relatórios gerados pelo CAOMA em 11 municípios, acompanhados da Nota Técnica 001/2020, foram disponibilizados para as Promotorias Regionais Ambientais, no sentido de gerar notícia de fato relacionado a prática de queimadas recorrentes em termos de ocorrência em imóveis rurais, para que se instaure processo de apuração de responsabilidades. Dentre as atividades realizadas no ano de 2020 destacamos:

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	TOTAL	ÓRGÃO
Levantamento de áreas queimadas nos municípios	Área queimada nos 139 municípios do Tocantins (ha)	2.437.738,98	Caoma/LabGeo
Levantamento de imóveis rurais com áreas queimadas	Número de Imóveis rurais com áreas queimadas identificados no Cadastro Ambiental Rural (CAR)	5.681 -	Caoma/LabGeo-
Levantamento de áreas queimadas nos imóveis rurais identificados (ha)	Área queimada nos imóveis rurais identificados no Cadastro Ambiental Rural – CAR (ha)	1.217.446,58	Caoma/LabGeo
Levantamento de áreas queimadas em Unidades de Conservação (ha)	Área queimada em Unidades de Conservação no Estado do Tocantins ¹ (ha)	255.267,61	Caoma/LabGeo
Levantamento de áreas queimadas em Terras Indígenas (ha)	Área queimada em Terras Indígenas no Estado do Tocantins ² (ha)	648.099,26	Caoma/LabGeo
Produção de Mapas	Áreas queimadas	128	Caoma/LabGeo
Procedimentos Instaurados (e-Ext)	Investigação de Queimadas e Incêndios Florestais	25	Promotorias de Justiça e Força Tarefa Ambiental
	Investigação de Desmatamentos	46	

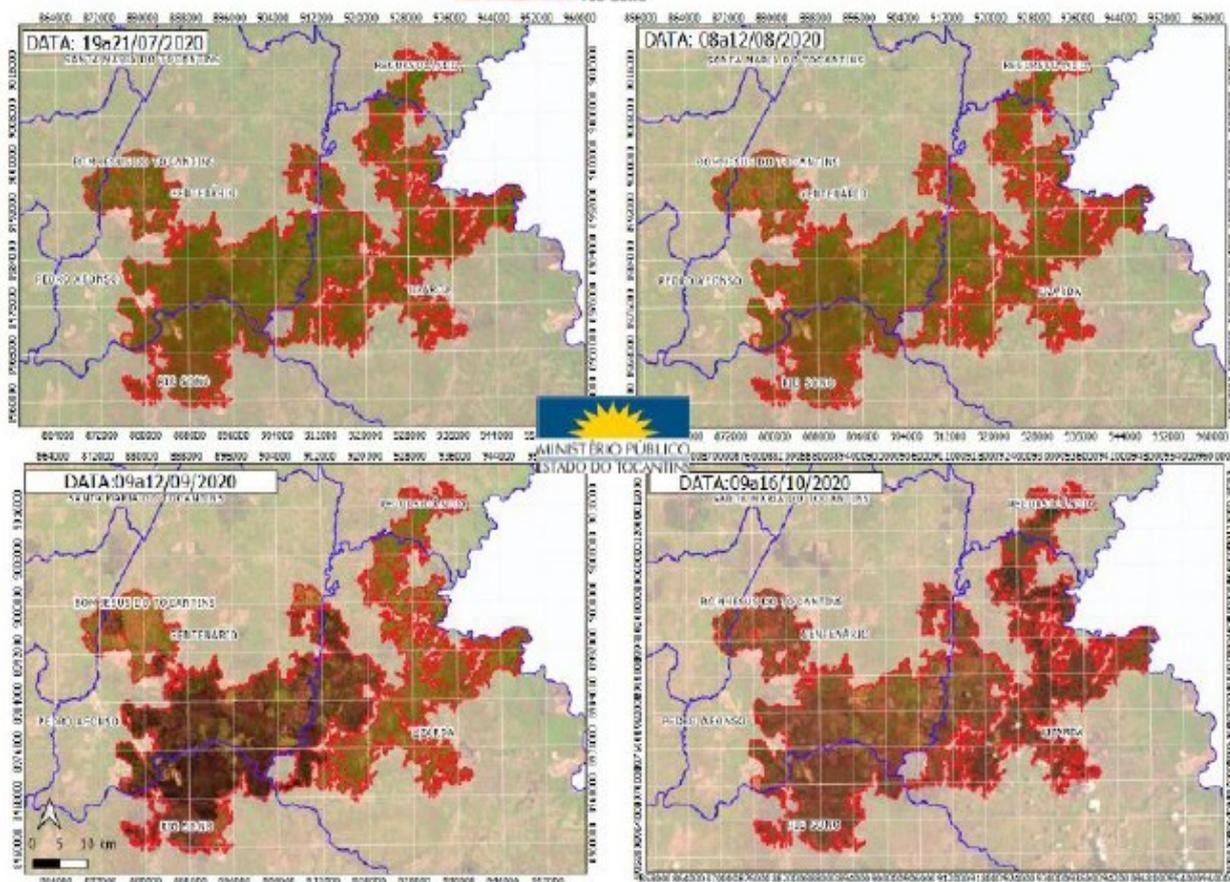
MAIORES ÁREAS QUEIMADAS NO TOCANTINS EM 2020



1º

Área queimada: 157.133,79 ha

Municípios: Bom Jesus, Centenário,
Recursolândia, Lizardia,
Abrangidos: Rio Sono



3.4 Águas da Bacia do Rio Formoso – A presente iniciativa refere-se a atuação da Promotoria Regional Ambiental do Araguaia, sempre com o suporte e apoio técnico do Caoma, que conseguiu levantar os principais problemas relacionados a gestão dos recursos hídricos da região, criando um cenário favorável e institucionalmente seguro para a instauração de procedimentos extrajudiciais investigatórios e a proposição das medidas judiciais necessárias à promoção de um efetivo ordenamento e controle do uso dos recursos hídricos na região. O Caoma verificou a fragilidade da base de dados das outorgas de recursos hídricos e dos cadastros dos grandes usuários, a ausência de controle, fiscalização e monitoramento dos empreendimentos, bem como a insuficiência de informações quanto à regularidade ambiental das propriedades, resultando na necessidade de revisão de outorgas, análise dos licenciamentos ambientais dos empreendimentos agrícolas, além da adoção de medidas para regulação e manejo dos recursos hídricos nos períodos de estiagem.

Além dos pareceres técnicos correlacionados a todas as análises ambientais e do uso dos recursos hídricos de situações individualizadas de imóveis rurais que possuem projetos de irrigação na bacia do rio Formoso, o CAOMA realizou uma análise detalhada da situação de regularidade ambiental do Distrito de Irrigação do Formoso do Araguaia, realizou operações de fiscalização aérea nos períodos críticos de estiagem dos rios da região, além de acompanhar as atividades de perícia da polícia civil relacionados aos casos mais críticos apontados nos pareceres do Caoma, a pedido da Promotoria Regional.



3.5 Recicla MP – O projeto Recicla-MP é parte integrante da Política de Sustentabilidade Ambiental do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO), instituída pela Resolução nº 004/2018/CPJ, publicada no Diário Oficial Eletrônico MPTO nº 511, que tem como finalidade a inclusão da sustentabilidade nas demais políticas e processos de gestão administrativa da instituição, por meio de critérios, práticas e diretrizes voltadas à racionalização dos seus padrões de produção e consumo e ao bem-estar de seus integrantes. No ano de 2020 teve seu processo prejudicado em decorrência das atividades de teletrabalho do MP considerando a situação gerada pela pandemia do Covid-19.

4. AÇÕES ESTRUTURANTES E COMPLEMENTARES

4.1 Promotorias Ambientais Regionais – O Caoma vem realizando o suporte técnico para atuação das Promotorias Regionais Ambientais, no atendimento as demandas geradas pelas regionais, bem como a realização de estudos técnicos temáticos para identificação de problemas ambientais em temas específicos, como a questão dos desmatamentos irregulares, ocorrência de queimadas não autorizadas, situação dos lixões, acompanhamento de grupos de trabalho dentro do COEMA, situação ambiental de empreendimentos turísticos no Jalapão, acompanhamento dos relatórios do Sistema de Gestão de Alto Nível – GAN e participação no Grupo de Trabalho de Revisão de Outorgas.

4.2 Suporte ao funcionamento do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos – constitui-se em um espaço permanente, plural e diversificado de discussão das questões relacionadas aos impactos negativos dos agrotóxicos na saúde do trabalhador, do consumidor, da população e do ambiente, possibilitando a troca de experiências e a articulação entre órgãos de vigilância, fiscalização e efetividade das ações de controle, em rede com a sociedade civil organizada, instituições científicas acadêmicas, órgãos e instituições governamentais e Ministério Público. Foram realizadas três reuniões ordinárias, e um Encontro Estadual do Fórum.

4.3 Acordo de Cooperação Técnica Nº 2/2020 firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, o Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio do seu órgão executivo de administração superior, a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos denominado – SEMARH e o Instituto Natureza do Tocantins denominado – NATURATINS. OBJETO, tendo como objetivo estabelecer as condições gerais de um regime de mútua colaboração para o compartilhamento de informações visando à desburocratização, maior eficiência e celeridade no desenvolvimento de ações integradas na defesa e proteção do meio ambiente, bem como a viabilização da solução consensual de conflitos na área ambiental, conforme os fins previstos na Lei Complementar nº 140, de 08.12.2011; e Leis nº 10.650, de 16.04.2003 (Lei de Acesso à Informação em Matéria Ambiental); nº 6.938, de 08.01.1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos); nº 6.938, de 31.08.1981 (Lei da Política Nacional de Meio Ambiente), nº 12.651, de 25.05.2012 (Lei da Proteção da Vegetação Nativa); nº 7.347, de 24.7.1985 (Lei da Ação Civil Pública); Lei nº 8.171, de 17.01.1991 (Lei da Política Agrícola); Lei nº 9.605, de 12.02.1998, Lei nº 13.140, de 26.06.2015 (Autocomposição de Conflitos no Âmbito da Administração Pública); e em

outras legislações específicas sobre direitos e interesses relacionados, dentre outros, aos artigos 5º, 170, 186 e 225 da Constituição Federal. O Caoma elaborou projetos de Plano de Ação para a implementação do presente acordo, e já realizou atividades de sua atribuição dentro do presente plano aprovado.

4.4 Força Tarefa Ambiental considerando o disposto no Acordo de Resultados celebrado pelos Ministérios Públicos dos Estados que compõem a Amazônia Legal, por meio do qual comprometem-se a implantar mecanismos específicos de enfrentamento à degradação florestal, ao desmatamento e a incêndios ilegais na região, tendo como foco ações estratégicas e articuladas com os demais Ministérios Públicos e órgãos envolvidos na proteção e preservação da Amazônia, a troca de experiências e o aperfeiçoamento do trabalho do Ministério Público, foi designada a Força-Tarefa Ambiental com atuação nas searas administrativa, civil e penal, com a finalidade de combater os passivos ambientais, especialmente os decorrentes dos desmatamentos e queimadas ilegais no Estado do Tocantins. Nesse sentido, o Caoma vem prestando assessoria a Força Tarefa na geração de informações relacionadas as ocorrências de desmatamentos e queimadas com indícios de irregularidade ambiental.

4.5 Fundo dos Direitos Difusos – publicou edital para recebimento de propostas de projetos, e o Caoma com apoio do Departamento de Planejamento apresentou proposta de projeto no valor de R\$ 6.750.000,00 com objetivo de combater desmatamentos e queimadas ilegais com o uso de geotecnologias, promovendo segurança jurídica com a adequação dos imóveis e atividades rurais à legislação ambiental. A proposta foi direcionada ao Eixo Temático I do FDD, e visa coibir os desmatamentos e queimadas ilegais, com a devida reparação de danos em áreas especialmente protegidas, por meio da devida responsabilização de infratores e fortalecimento da capacidade de atuação das instituições ambientais que atuam no estado do Tocantins. O entendimento do Caoma, é que ao garantir a recuperação de Reservas Legais e APPs tem-se ao mesmo tempo a moralização da atuação efetiva do Estado, como forma de desconstruir sentimento de impunidade em relação a essas práticas.

4.6 Novos Projeto CAOMA – Escritório de Projetos foram apresentados na rodada de submissão de projetos no MPTO. Além da continuidade dos projetos relacionados no item 3 desse relatório, foram aprovados três novos projetos que são: (i) Projeto Meio Ambiente Legal; (ii) Turismo Ordenado e Sustentável; e, (iii) Projeto Planos Diretores e Expansão Urbana Ordenada.